

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária de S. Lourenço - Portalegre
Circulo: Alentejo
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Cada vez mais, no mundo em que vivemos, assistimos ao alheamento e total indiferença dos jovens face à vida política e, também, à participação em actividades de cidadania. Não é, com certeza, por acaso que isto acontece. A sociedade actual, essa mesma feita de Magalhães e parangonas inconsequentes, fomenta o egoísmo, o individualismo, a ideia, quanto a nós errada, que a importância máxima está no culto do umbigo de cada um! Como jovens atentos, sentimos que é urgente mudar este estado de coisas e sensibilizar os jovens para a necessidade de intervirem, de forma consciente e crítica, na construção de um mundo que queremos que seja muito melhor. Assim, temos consciência de que é fundamental fomentar a participação dos jovens e fazê-lo de forma a permitir-lhes sentir que é útil a sua participação gratificando edignificando os seus contributos. Chega de se exigir e pedir prestação, trabalho e colaboração aos jovens sem nada lhes dar em troca! É fundamental que se valorize a juventude e se deixe de olhá-la como verbos ocos de sentido. Os jovens são agentes sociais e devem ser considerados como tal! É tempo de dar prestígio e valor à participação juvenil e, estamos convictos, tal deve acontecer no domínio da formação de base, nas Escolas, e também no domínio da cidadania mais próxima, a que é exercida ao nível das autarquias. Defendemos que as autarquias reconheçam e apoiem a intervenção cívica, a fomentem e a financiem sempre que possível. Se os membros de uma Assembleia Municipal, cidadãos que de forma livre e por sufrágio desempenham funções de cidadania e por isso são remunerados, porque não poderão os jovens ser também remunerados por exercerem a sua cidadania de modo activo?

O acesso ao Ensino Superior é uma das urgências dos jovens. Afinal, o futuro começou ontem... e acreditamos que todos os jovens que integrem associações de carácter cívico

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

deviam, desde que fundamentada a sua actividade, receber uma bonificação que se reflectisse na nota de candidatura ao Ensino Superior.

Estamos certos de que só será possível combater a crescente apatia dos jovens face à participação cívica se se eliminar a ideia de que só integrante organizações políticas é possível intervir. A mudança está nas nossas mãos mas, não podemos esquecer, a geração que nos antecede é quem define as regras!!

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Considerando que, cada vez mais, o acesso ao Ensino Superior e o ingresso na vida activa são preocupações, justas e legítimas, dos jovens, propõe-se a atribuição de ponderação à participação cívica dos jovens, a ser considerada na média de acesso ao ensino superior, de modo a, de uma forma efectiva, valorizar a participação e envolvimento cívico dos jovens

2. É do conhecimento comum o facto de, na generalidade das escolas portuguesas, a disciplina de Formação Cívica, nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, constituir um momento de pouco valor e reduzido contributo para a efectiva formação cívica dos jovens, pelo que se propõe a inclusão, obrigatória, no currículo desta disciplina, de conteúdos teóricos e práticos relacionadas com os Direitos Humanos, Cidadania e Participação Cívica

3. Acreditando que a acção do indivíduo deve iniciar-se no espaço (micro) em que se insere, propõe-se a atribuição de verbas às autarquias para, especificamente, proporcionar aos jovens os recursos necessários à operacionalização de projectos de ordem cívica e, também, para premiar no mérito das Associações, e/ou indivíduos singulares, que desenvolvam acções de visibilidade no âmbito da cidadania e dos Direitos Humanos.